

## EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: PERCEPÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL/ CAMPUS DO PANTANAL

Educación y la Violencia Sexual contra Niños y Adolescentes: Percepción en la Formación del Profesorado de la Universidad Federal de Mato Grosso del Sur / Campus del Pantanal

Cristiane Ferreira Verlaine de OLIVEIRA\*  
Cláudia Araújo de LIMA\*\*

**Resumo:** No cenário mundial e brasileiro, a violência sexual contra crianças e adolescentes tem se tornado um fator preocupante a todas as instâncias sociais, especialmente na área da educação. Em decorrência disso, foi realizada uma pesquisa acerca da percepção de professores da UFMS/CPAN sobre a temática em questão, por meio de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, bibliográfica, considerando somente as publicações em língua portuguesa, num recorte temporal de 2010 a 2015. Os resultados confirmaram baixa produção acadêmica na área da educação e pouca discussão nos cursos de formação de professores referente ao tema, em especial a Pedagogia.

**Palavras-chave:** Educação, Violência sexual, Crianças, Adolescentes.

**Resumen:** En la escena mundial y Brasileño, la violencia sexual contra niños y adolescentes se ha convertido en un factor perturbador para todos

### Introdução

Na atualidade a violência sexual contra crianças e adolescentes é percebida como um problema social, de origem histórica e cultural, tornando-se um fator preocupante para a saúde pública mundial e brasileira. Ao longo do tempo, a crescente incidência e recorrência de casos denunciados evidenciaram a necessidade de estudos que investiguem, através de diversas abordagens, esse fato.

Em decorrência desse fenômeno, emergiram pesquisas com diferentes enfoques no campo das ciências

\* Discente do 7º semestre no curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Campus do Pantanal, pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em Políticas públicas, direitos humanos, gênero, vulnerabilidades e violências - NEPI PANTANAL – Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Educação Social – PPGE/CPAN/UFMS, Projeto Observatório Eçaí: Educação, Saúde, Desenvolvimento e outros direitos humanos de crianças e adolescentes na fronteira Brasil e Bolívia. E-mail: cristianeverlaine@gmail.com

\*\* Pedagoga. Doutora em Saúde Pública. Profa. Adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Líder e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em Políticas públicas, direitos humanos, gênero, vulnerabilidades e violências - NEPI PANTANAL – Grupo de Pesquisa vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Educação Social – PPGE/CPAN/UFMS, Projeto Observatório Eçaí: Educação, Saúde, Desenvolvimento e outros direitos humanos de crianças e adolescentes na fronteira Brasil e Bolívia. Email: claudia.araujolima@gmail.com

los órganos sociales, especialmente en el área de la educación. En consecuencia, fue realizada una encuesta sobre la percepción de los profesores de la UFMS/CPAN sobre el tema en cuestión, por medio de una investigación cualitativa, exploratoria tipo bibliográfica, considerando sólo las publicaciones en idioma portugués, en un periodo de 2010 a 2015. Los resultados confirmaron bajo trabajo académico en el campo de la educación y poca discusión en cursos de capacitación docente sobre el tema, en particular la pedagogía.

**Palabras clave:** Educación, Violencia sexual, Niños, Adolescentes.



humanas, sociais e da saúde. Tais pesquisas apontaram a necessidade de se ampliar debates educativos acerca do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, a fim de dialogar com a sociedade civil a respeito de seus direitos assegurados em leis e exigir maior comprometimento da sociedade e das políticas.

A educação tem o papel fundamental para fomentar o conhecimento científico em todas as instâncias sociais. Entretanto, percebe-se pouco envolvimento no que concerne a investigação dessa temática, bem como o distanciamento entre a ciência e a produção acadêmica diante do baixo índice de resultados apresentados nos repositórios e nas bases de dados online.

Através de estudos realizados pelo grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares - NEPI/PANTANAL<sup>1</sup> acerca do tema “Violência sexual contra crianças e adolescente”, na área da educação, evidenciou um baixo índice de produção acadêmica, bem como certa resistência ao abordar o tema nos cursos de formação de professores, ao passo que o interesse pelo assunto deveria ser inerente à profissão.

### A criança, o adolescente e a violência sexual: percepções históricas.

No cenário mundial e brasileiro, diversos segmentos sociais e o Governo Federal têm articulado formas de pensar o enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, sobretudo a

violência sexual, tornando-se um desafio para as políticas públicas perante a complexidade do problema. Mediante isso, Souza e Jorge (2004 p. 23) afirmam que,

No Brasil, sobretudo nas duas últimas décadas, não se pode falar de crianças e adolescentes sem que o tema da violência aflore, indicando serem esses dois grupos os mais expostos e vulneráveis a sofrerem violações de seus direitos, afetando direta e indiretamente sua saúde física, mental e emocional. Estudos epidemiológicos e sociológicos têm mostrado que, frequentemente, as crianças são vítimas da violência desde o nascimento.

Pode-se dizer que as diversas formas de violência “[...] estão profundamente enraizadas no tecido social, cultural e econômico da vida humana” (DAHLBERG; KRUG, 2006, p.1.164). São heranças de uma construção histórica permeada por tabus, crenças e valores preconceituosos das sociedades patriarcais.

Esse modelo de sociedade tem como referência de poder e virilidade a figura masculina, logo essa influência que é legitimada justificaria a dominação masculina na maior parte das sociedades no mundo. Assim, a relação de poder exercido entre dominador e dominado passa a ser percebida com naturalidade, pois “os dominados aplicam categorias do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 2002, p. 46).

A violência é preponderantemente uma representação de poder sobre o outro, que ocorre tanto na forma física, na qual a agressão é palpável e deixa marcas visíveis, quanto na forma simbólica, na qual os danos deixam marcas no psicológico e na moral da vítima. Dessa maneira,

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele [...] (BOURDIEU, 2002, p. 47).

Na história da civilização mundial, as crianças e os adolescentes sempre viveram num mundo onde a luta pelo poder e pelo status social delimitam os papéis sociais dos sujeitos segundo a classe social, o gênero, a cor, a etnia determinando e classificando suas profissões. Conforme Pfeifer e Salvagni (2005, p. 198),

Em todos os tempos, o domínio do mais forte sob o mais fraco foi exercido sob as diversas formas de poder, nas diferentes esferas da sociedade, desde as políticas e estatais, às sociais e familiares. A essa relação de poder, de busca dos excessos, do diferente e até mesmo do anormal, soma-se a pouca importância dada às crianças e aos adolescentes [...].

Àries (2012) traça um panorama histórico acerca da percepção da criança e da infância nas sociedades ao longo dos séculos. Na sociedade medieval, a criança era identificada pelo nome de seus pais, ela não tinha sobrenome, assim como a idade cronológica também não era importante. Os primeiros registros ocorreram a partir do século XVIII por meio do batismo, dando nome e sobrenome a criança. Mediante esse contexto, afirma:

Até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo (ÀRIES, 2012, p. 17).

Não havia um papel definido no qual a criança devesse ocupar na sociedade e na família, portanto, “na vida cotidiana as crianças estavam misturadas com os adultos, e toda reunião para o trabalho, o passeio ou o jogo reunia crianças e adultos” (ÀRIES, 2012, p.21).

A organização social e familiar não distinguia as fases da infância, tão logo a criança se mostrasse capaz de compreender e realizar uma ação, já era inserida no mundo adultocêntrico<sup>2</sup>, ou seja, segundo Rousseau (1979) a criança era vista como um adulto em miniatura.

A criança pobre era submetida à exploração do trabalho infantil, ao passo que a criança de família rica ou da realeza aprendia as tarefas inerentes à profissão do pai ou o comportamento necessário à vida na corte. Em ambas as classes, em especial os meninos, eram iniciados na vida sexual muito cedo, pois deveriam mostrar-se “machos/reprodutores”.

Na realeza dos séculos XVI e início do século XVIII as crianças eram envolvidas em brincadeiras sexuais, sendo um tratamento muito comum naquela época. A intencionalidade do “joguete” era exaltar a masculinidade dos meninos a fim de que se mostrassem homens aos sete anos de idade. Àries (2012, p. 76), descreve a iniciação de Luís XIII,

A Rainha, pondo a mão em seu pênis, disse: - Meu filho, peguei a sua torneira. [...] Ele e Madame (sua irmã) foram despidos e colocados na cama junto com o Rei, onde se beijaram, gorjearam e deram muito prazer ao Rei. O Rei perguntou-lhe: - Meu filho, onde está a trouxinha da Infanta? - Ele mostrou o pênis dizendo: - Não tem osso dentro, pai. - Depois, como seu pênis enrijecesse um pouco, acrescentou: - Agora tem, de vez em quando tem.

Segundo Àries (2012, p. 77), tanto nas, “famílias de fidalgos ou plebeus [...] Essa prática familiar de associar as crianças às brincadeiras sexuais dos adultos fazia parte do costume da época e não chocava o senso comum”.

A violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil se constituiu, a partir do século XVI, nas primeiras viagens para a colonização do país. Ramos (2013, p. 19), relata que, “As crianças subiam a bordo somente na condição de grumetes ou pajens, como órfãs do Rei enviadas ao Brasil para se casarem com os súditos da Coroa”.

Também podiam embarcar como passageiros na companhia de um responsável. Porém, se os navios fossem atacados por piratas, conseqüentemente seriam escravizadas e/ou vendidas, além de passarem fome e enfrentarem diversas doenças. Em casos de naufrágios, acabavam esquecidas e afundando

junto à embarcação. Durante a viagem as crianças eram as que mais sofriam toda espécie de violência,

[...] o próprio ambiente nas naus acabava por propiciar atos de sodomia que eram tolerados até pela Inquisição. Grumetes e pajens eram obrigados a aceitar abusos sexuais de marujos rudes e violentos. Crianças, mesmo acompanhadas dos pais, eram violadas por pedófilos e as órfãs tinham que ser guardadas e vigiadas cuidadosamente a fim de manterem-se virgens, pelo menos, até que chegassem à Colônia (RAMOS, 2013, p. 19).

Nessa época, segundo Ramos (2013, p. 34) “o estupro de meninas pobres, maiores de 14 anos dificilmente era punido [...] só punia o estupro se ‘as vítimas tivessem de 12 a 14 anos’”.

Não havia consciência e sentimento pela infância: “O certo é que na mentalidade coletiva, a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição [...]” (DEL PRIORI, 2013, p. 84). Posteriormente essa transição é demarcada pelos atributos físicos sendo considerados adolescentes aqueles entre 14 e 25 anos, definindo, assim, a divisão entre adultos e adolescentes.

No período do Brasil Império, o conceito de criança começa a ser definido de forma ainda muito rudimentar, na qual a criança passa a ser percebida como cria da mulher. Segundo Mauad (2013, p.140), como somente com a utilização generalizada do termo pelo senso comum, já nas primeiras décadas do século XIX, que os dicionários assumiram o uso reservado da palavra “criança” para a espécie humana.

De acordo com Àries (2012), as concepções de criança e de infância emergiram da percepção de suas peculiaridades e singularidades ao longo de um processo que engloba as esferas social, histórica e cultural incorporadas na sociedade moderna. Entretanto, como fatores construídos socialmente, tais concepções sofrem alterações de acordo com o contexto e o momento histórico nos quais estão inseridos.

No mundo inteiro crianças e adolescentes são violados de seus direitos sexuais e cada qual com uma história e contextos sociais diferentes. Consoante, Del Priori (2013, p. 14), argumenta,

No Brasil, foi entre pais, mestres, senhores e patrões, que pequenos corpos tanto dobraram-se à violência, às humilhações, à força, quanto foram amparados pela ternura dos sentimentos familiares mais afetuosos. Instituições como as escolas, a Igreja, os asilos e as posteriores Febens e Funabens, a legislação ou o próprio sistema econômico, fizeram com que milhares de crianças se transformassem precocemente em gente grande.

## Conceituando a violência sexual

Consideráveis avanços ocorreram no que se refere aos direitos das crianças e dos adolescentes. Entretanto estes direitos foram conquistados mediante as lutas dos

movimentos feministas e através do entendimento que o enfrentamento à violência sexual está interligado a luta nacional pelos direitos humanos advindos de um processo sócio histórico, cultural e das relações desiguais de gêneros na sociedade. Contudo, milhares de crianças e adolescente ainda sofrem violação dos seus direitos infantis.

Durante um longo período da história mundial, acreditou-se que a violência sexual era um problema ocasionado pela desigualdade social, sendo relacionada diretamente a pobreza. A partir da década de 1960, estudos apontaram que o fato ocorria nos diversos estratos sociais. Sendo assim,

A violência contra crianças e jovens deixou de ser vista como uma característica inerente a pais pobres e famílias desestruturadas quando as estatísticas revelaram que são os pais, em todos os níveis sociais, os principais violentadores físicos e sexuais de seus filhos, tanto em países ricos com em países pobres (PASSETI, 2013, p. 373).

Atualmente a violência sexual contra crianças e adolescentes é considerada um problema de saúde pública na medida em que atinge toda a sociedade, sem distinção de classe social, cultura, religião, etnia, raça, cor e gênero. Assim, pode-se definir que

É a violação dos direitos sexuais, no sentido de abusar ou explorar do corpo e da sexualidade de crianças e adolescentes. Pode ser classificado em abuso sexual (extra ou intrafamiliar) ou exploração sexual. O abuso extrafamiliar se refere aos casos em que o autor não tem vínculo de pertencimento familiar, e o intrafamiliar é o praticado por autores que são responsáveis ou familiares da vítima (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2015, p.8).

Sendo assim, o termo “abuso sexual”, na literatura científica, é interpretado como ato sexual sem consentimento constituindo por uma relação hétero ou homossexual ocasionado por situações complexas e multicausais, na qual o agressor é um indivíduo que possui mais experiência que a vítima e a sua finalidade é obter a sua satisfação sexual.

A criança ou o adolescente que sofrem abuso sexual são expostas as piores formas de agressões, desde a forma física, sexual, até a emocional, simbólica e moral. Segundo Pfeirfer e Salvagni (2005, p. 202),

No abuso sexual da criança e adolescente, o ato libidinoso é o mais freqüente. Inicialmente, através de manobras de sedução e intimidação, seguidas de ameaças à própria criança ou a algum membro de sua família, comumente à mãe, o agressor obriga essa criança a praticar atos sexuais que não incluam a penetração vaginal para não caracterizar o estupro, mas sim uma série das mais variadas formas de contato sexual, constantemente incluindo sexo oral e penetração anal.

A violência sexual ocorre em qualquer classe social, geralmente com pessoas conhecidas e em ambientes familiares, tecendo uma dinâmica fundamentada em segredos, em condição perversa e silenciosa. Por isso, ainda é um tabu na sociedade brasileira, em virtude da não compreensão do fato e do medo que as pessoas têm em denunciar.

Ademais, a violência sexual impacta negativamente no desenvolvimento da criança ocasionando grandes danos físicos e psicológicos. São traumas que deixam marcas profundas na vítima, e que deve ser acompanhada por profissionais em tratamento de nível multidisciplinar. Portanto, a prevenção deve se iniciar o mais breve possível em caráter educativo para toda sociedade, mas, sobretudo nas escolas.

## A legislação sobre a violência sexual no Brasil

A noção de violência sexual como uma violação aos direitos individuais é um marco recente na história da sociedade contemporânea. Foi um longo processo de conscientização do problema que culminou na mudança de concepções de criança, de infância e das relações de gênero, revelando assim uma história de silêncio e dor que perdurou por séculos.

A partir das décadas de 1980 e 1990, essa nova mentalidade acerca da criança e da infância instigou os movimentos sociais a articularem debates sobre liberdade, democracia e Direitos Humanos a fim de promover leis que contemplassem as especificidades e singularidades desses sujeitos sociais, pois, segundo a Constituição Federal de 1988, estabelece que,

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, art. 227, § 4).

Com base no art. 227 da Carta Magna, entre outros documentos legais e a luta dos movimentos sociais organizados pelos Direitos Humanos, regulamentou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. A lei estabeleceu uma nova concepção e um novo olhar sobre a população infantil e adolescente, reconhecendo-os como sujeitos *de direitos, bem como a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento*. Dessa forma, “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990, art. 2). Sendo assim,

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990, art. 3).

Então a lei nº 8.069 cria condições de exigibilidade para os direitos da criança e do adolescente reforçando alguns preceitos já determinados pela Constituição de

1988. Neste contexto, a criança e o adolescente passaram a ter proteção integral, prioridade na formulação de políticas públicas, na destinação de recursos da União e no atendimento de serviços públicos. Dessa forma:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990, art. 5).

Portanto, configura crime omitir ou negligenciar os direitos fundamentais regulamentados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, seja em qualquer esfera da instância social em que ocorra o fato, pois assim determina que,

Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente (BRASIL, 1990, art. 245).

Na literatura jurídica a violência sexual e o abuso sexual contra a criança e o adolescente configuram crime de estupro. Em 07 de agosto de 2009, a lei nº 12.015 revogou o artigo 214, que se referia ao crime de atentado violento ao pudor, e alterou o artigo 213 do Código Penal brasileiro incorporando ao texto novas possibilidades de interpretações. Sendo assim, o termo “mulher” passou a ser “alguém”, então, tanto o homem quanto a mulher podem ser sujeitos ativos ou passivos do crime.

Neste contexto, a nova lei considera estupro como ato sexual de cópula vaginal e anal, definindo-o como ato de “Constranger **alguém**, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos” (BRASIL, 2009, art. 213 grifo nosso).

No que concerne à concepção de violência sexual pela atual legislação brasileira, a lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, regulamenta que “Considera-se violência sexual, para os efeitos desta Lei, qualquer forma de atividade sexual não consentida” (BRASIL, 2013, art. 2).

Houve avanços e conquistas referentes à punição dos crimes praticados contra a criança e o adolescente com o objetivo de estimular a denúncia de casos de violência sexual ainda silenciado. Por causa disso, foi criada a lei Joanna Maranhão, lei nº 12.650, de 17 de maio de 2012, que altera o Decreto-Lei nº 2.848 do Código Penal sob as regras de prescrição do crime de pedofilia e estupro.

Esta lei faz alusão a uma esportista brasileira que sofreu abusos sexuais de seu treinador durante a sua infância, e só teve coragem para denunciar o crime quando adulta. Portanto para estes crimes, o tempo para a prescrição passa contar a partir da data em que a vítima completar 18 anos. Assim, a nova redação normatiza que “nos

crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal.” (NR) (BRASIL, 2012, art. 111, § V).

## Educação e violência sexual

Com o intuito de desenvolver e promover ações de conscientização e incentivo ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, há aproximadamente duas décadas o Governo Federal vem promovendo campanhas, projetos, confeccionando cartilhas e outros materiais educativos destinados à capacitação de professores da rede básica do ensino público em parceria com as universidades federais, pois,

Os professores precisam de um processo de capacitação continuado para elaborar projetos e ações que visem a inserção do tema no planejamento escolar, para preencher uma lacuna na formação acadêmica, pela falta de abordagem de temas fundamentais, como a sexualidade e os direitos humanos. (SANTOS; IPOLLITO, 2011, p. 10)

No entanto, tais medidas ainda não se concretizaram como prática de abordagens sobre a temática nas escolas e tampouco nos cursos de licenciatura, na formação inicial de professores. De forma geral é um quadro muito preocupante, sobretudo para o profissional pedagogo que é licenciado para atuar na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental e na Educação de Jovens e Adultos.

A despeito de o pedagogo atuar em espaços escolares e não escolares, a ênfase na formação profissional é a docência, sendo assim, o curso de pedagogia da UFMS/CPAN tem como objetivo principal formar professores críticos capaz de produzirem conhecimento científico, metodológico, técnicos e práticos para a ação pedagógica.

Portanto, tendo a docência como base de sua formação e identidade profissional, o egresso do Curso de Pedagogia - Licenciatura/CPAN será um profissional habilitado a atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em espaços escolares e não-escolares, cuja formação deverá contemplar consistente formação teórica e diversidade de conhecimentos e práticas articuladas ao longo do curso (BRASIL, 2011, p. 11).

O professor no exercício da sua função, no ambiente escolar, está diretamente integrado a rede de proteção da criança e do adolescente, pois a escola tem como função principal educar e contribuir para o pleno desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e psicomotor de forma a corroborar na construção da consciência crítica cidadã. Todavia, quanto ao exercício dos direitos das crianças e dos adolescentes, as escolas são consideradas partícipes (SANTOS; GONÇALVES; VASCONCELOS, 2014, p. 133).

O Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2013) enfatiza que a escola é uma instituição social de grande importância para fomentar ações de práticas educativas e preventivas. Entretanto,

A contribuição da escola na política de enfrentamento do abuso e da exploração sexual está em seu papel formador dos processos de promoção de direitos, de responsabilização e de prevenção. O fato de ela não corresponder à expectativa de proteção, não demonstrar capacidade de escuta, não ter preparo institucional e competência para decodificar os sinais de violações, além de não indicar claramente os instrumentos de notificação, a afasta dessa política de proteção e a mantém em situação ambígua entre uma aparente distância e a sua cotidianidade cheia de demandas e de necessidades (SANTOS; GONÇALVES; VASCONCELOS, 2014, p. 135).

A escola é o segundo ambiente no qual a criança e o adolescente passam o maior tempo de sua vida, depois do convívio familiar. Conseqüentemente, o professor torna-se a pessoa mais próxima de seus alunos por causa da relação construída no cotidiano escolar, sendo este a pessoa mais indicada a ser o agente de identificação da violência sexual. No entanto,

A escola pode ser um recurso fundamental no reconhecimento precoce dos sinais de abuso da criança, sendo muitas vezes o lugar mais próximo da revelação do que pode fugir ao olhar dos pais. Especialmente quando a violência acontece no território familiar, ela pode e deve ser identificada pela escola. Portanto, professores e gestores necessitam de novas competências para reconhecer os sinais de possíveis experiências de abuso e, assim, atuar na proteção daquela criança. (SANTOS; GONÇALVES; VASCONCELOS, 2014, p.139).

Em face disso, a área da educação, tem se mostrado pouco participativa no que concerne à temática. Há um distanciamento entre a ciência e o conhecimento científico em linha de produção acadêmica. Neste sentido, a temática abarca fatores de afinidades em razão da subjetividade do pesquisador, por outro lado denota um aprendizado insatisfatório e deficiente na formação professores. É nesse contexto que Santos e Ipollito (2011, p. 21), defendem que:

[...] os professores necessitam de apoio e formação interdisciplinar atualizada sobre a temática, além de acesso ao conhecimento gerado em laboratórios educacionais e projetos inovadores para adquirir referências e usá-las em suas práticas educativas. Essa mudança curricular e a formação profissional devem provocar inquietação nos membros da comunidade escolar no que se refere a pesquisas de temas relacionados à sexualidade como direito humano e a metodologias bem-sucedidas de enfrentamento da violência sexual.

É na escola que as crianças e adolescentes interagem no ambiente escolar, expressando e manifestando seus pensamentos, seus anseios, suas expectativas, suas alegrias e seus sofrimentos sobre a sua vida, isso se dá por meio da fala, gestos, posturas, desenhos e comportamentos. Todavia, para ser detectados sinais de violência é necessário ter conhecimento sobre o assunto.

Diante disso, é pertinente refletir acerca da formação do pedagogo quanto à importância de se discutir o assunto, indagar sobre os aspectos e critérios formativos para o conhecimento da temática em questão.

Em decorrência disso, emergiu a problemática: como a violência sexual contra crianças e adolescentes é percebida na formação de pedagogos da UFMS/CPAN? Na atualidade, qual a importância dessa abordagem para a formação profissional? Na produção acadêmica da UFMS, na área da educação, o que dizem os autores sobre os impactos da violência sexual contra criança e adolescente na educação?

Tomando por base os argumentos supracitados, ressalta-se a pertinência de uma investigação acerca da percepção do profissional pedagogo sobre a temática em questão utilizando uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, bibliográfica, num recorte temporal de 2010 a 2015.

## Materiais e Métodos

A pesquisa analisou as percepções construídas na formação de professores de pedagogia, da UFMS/CPAN, acerca do tema violência sexual contra crianças e adolescentes.

Para tanto, foi utilizada a abordagem qualitativa que tem como premissa “[...] o processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para a compreensão detalhada do objeto de estudo em contexto histórico e/ou segundo a sua estruturação” (OLIVEIRA, 2007, p.37).

Segundo os objetivos da pesquisa segue a classificação do tipo exploratória, pois “[...] se caracteriza pelo desenvolvimento e esclarecimento de ideias, com objetivo de oferecer uma visão panorâmica, uma primeira aproximação a um determinado fenômeno que é pouco explorado” (GONSALVES, 2011, p. 67).

No processo de investigação e de coleta de dados foi analisada a produção acadêmica da UFMS, na área da educação, sob a modalidade de pesquisa bibliográfica, uma vez que,

[...] se realiza a partir de registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p.122).

Foram elaborados roteiros para entrevistas em profundidade, individual, e aplicados com dois professores do curso de Pedagogia, da UFMS/CPAN, considerando o proposto por Gil (2008 p.114), posto que se considere um estudo exploratório.

Essas entrevistas são muito utilizadas em estudos exploratórios, com o propósito de proporcionar melhor compreensão do problema, gerar hipóteses e fornecer elementos para a construção de instrumentos de coleta de dados. Mas também podem ser utilizadas para investigar um tema em profundidade, como ocorre nas pesquisas designadas como qualitativas.

A pesquisa foi embasada sob as perspectivas dos seguintes teóricos: Ariès (2012), Bourdieu (2002), Del Priori (2013), Martins (2013), Pfeifer e Salvagni (2005), Ramos (2013), Rousseau (1979), Santos, Gonçalves e Vasconcelos (2014), Santos e Ippolito (2011), e documentos legais, entre outros que discutem a importância em garantir os direitos da criança e do adolescente perante o enfrentamento da violência sexual, e como a educação é fundamental nesse processo.

As técnicas e procedimentos da pesquisa foram realizados da seguinte forma:

1. Levantamento bibliográfico nas bases de dados online<sup>3</sup> SCIELO (Scientific Electronic Library Online), LILACS (Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde), CAPES (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), REDALYC (Sistema de Informação Científica Redalyc Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal), UFMS (Repositório Institucional/Dspace) e BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações) por meio do IBICT (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) utilizando os descritores: violência sexual, crianças, adolescentes, no período de 2010 a 2015, considerando apenas as publicações em língua portuguesa,
2. Seleção de publicações e documentos legais, tendo como foco principal as produções acadêmicas da UFMS, na área da educação;
3. Posteriormente, foram realizadas entrevistas com 2 professores do curso de Pedagogia, da UFMS/CPAN;
4. Na última etapa, os dados coletados foram organizados, sistematizados, analisados e interpretados de acordo com os referenciais teóricos que norteiam a pesquisa.

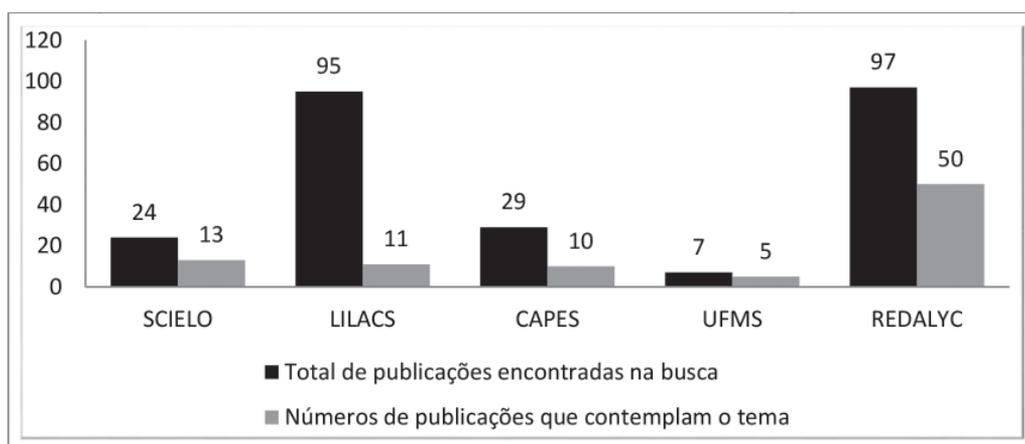
## Resultados

O levantamento bibliográfico realizado nas bases de dados online foi quantificado e tabulado conforme o tipo de publicação e a área de formação acadêmica os quais foram separados por categoria de produção: artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de Curso, considerando apenas as publicações com acesso ao texto na íntegra.

Dessa maneira foi possível compor 5 gráficos por segmento de análise, sendo assim: 2 referentes a publicações de artigos nas diversas áreas de formação profissional e 2 gráficos concernentes a dissertações/teses e 1 gráfico comparativo acerca das produções.

O gráfico 1 compreende a análise das publicações do tipo “artigo” e o repositório da UFMS. Este gráfico aponta que a base de dados online que apresentou o maior índice de publicações foi a REDALYC, contabilizando 97 artigos que discutem a temática violência nas suas diversas formas de manifestações. Entretanto, ao refinar a busca utilizando os descritores e o período temporal o número reduziu para 50 artigos.

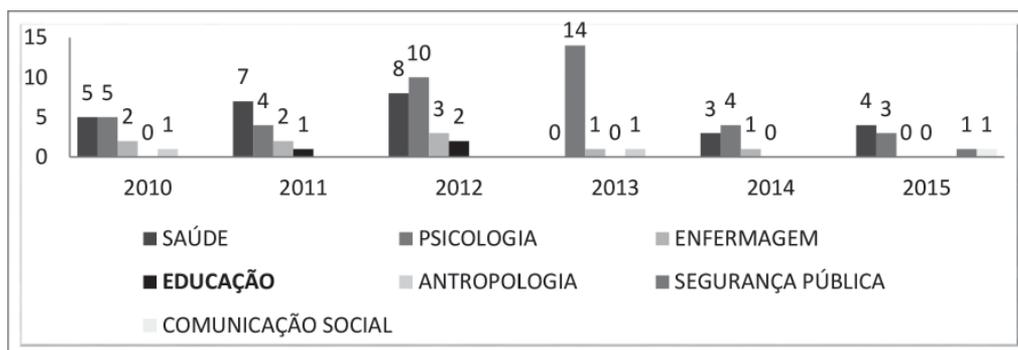
No repositório da UFMS foram encontradas somente 5 publicações a respeito do tema violências no geral, dentre as quais 3 abordam a violência sexual contra crianças e adolescentes. Estes foram classificados quanto ao tipo de produção da seguinte forma: 2 dissertações (2011 – 2012) e 1 TCC do curso de Pedagogia da UFMS/CPAN, do ano de 2011.



**Gráfico 1.** Produções acadêmicas em sites de bases de dados online - Descritores: Educação e violência sexual; Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Fonte: Elaborado pelas autoras – Julho/2016

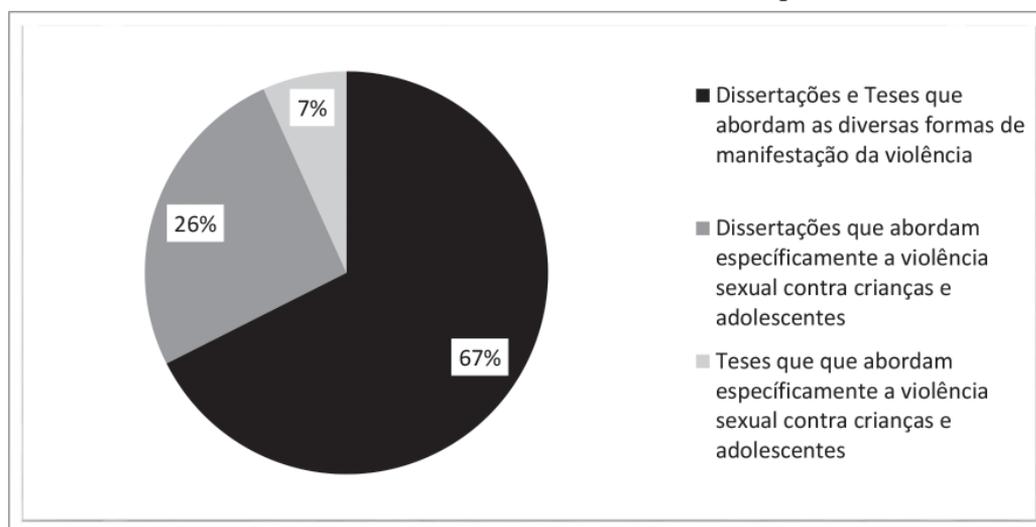
O gráfico 2 apresenta a produção de artigos por área de formação acadêmica. Esta análise indica que a área de formação profissional que mais discute o assunto é a psicologia, em alta produção no ano de 2013 com índice de 14 artigos e menor produção no ano de 2015 com apenas 3 artigos. Já a área de educação demonstra sua maior produtividade no ano de 2012 com índice de 2 artigos e a menor no ano de 2011 com o baixo índice de 1 artigo.



**Gráfico 2.** Produções de artigos por área de formação profissional - Descritores: Educação e violência sexual; Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Fonte: Elaborado pelas autoras – Julho/2016.

O gráfico 3 se refere somente a busca de dissertações e teses realizada na BDTD (*Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações*) - IBICT<sup>4</sup> (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia). Os números assinalam que de 100% das produções encontradas, 67% abordam o tema violência nas suas diversas formas de manifestação, e apenas 26% das dissertações e 7% das teses pesquisam a temática violência sexual contra crianças e adolescentes em diferentes áreas de formação profissional.

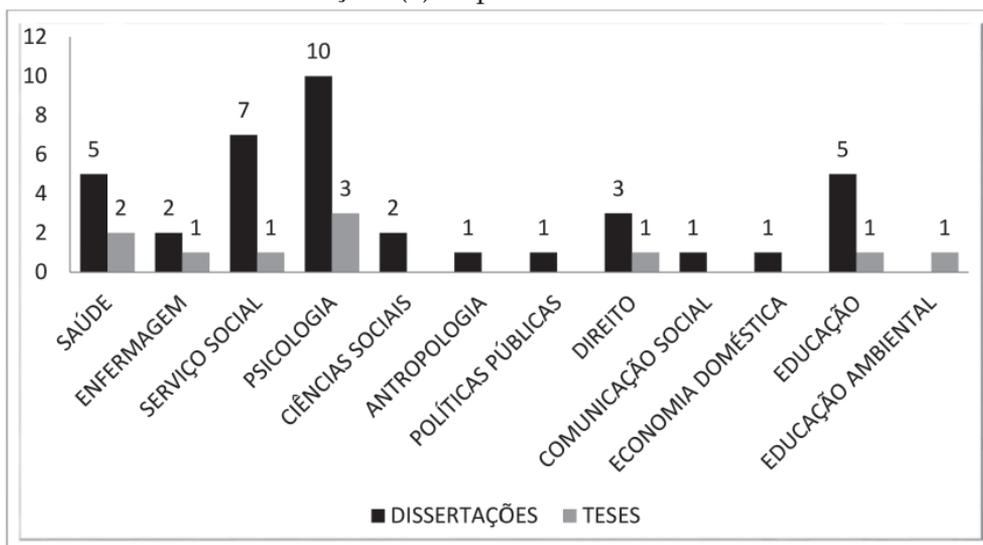


**Gráfico 3.** Teses e dissertações no período de 2010 a 2015 (BDTD - IBICT) - Descritores: Educação e violência sexual; Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Fonte: Elaborado pelas autoras – Julho/2016.

O gráfico 4 traça um comparativo das produções acadêmicas de acordo com a área de formação profissional. Dessa forma, pode-se perceber que o maior quantitativo de dissertações e teses produzidas concentra-se na área da psicologia,

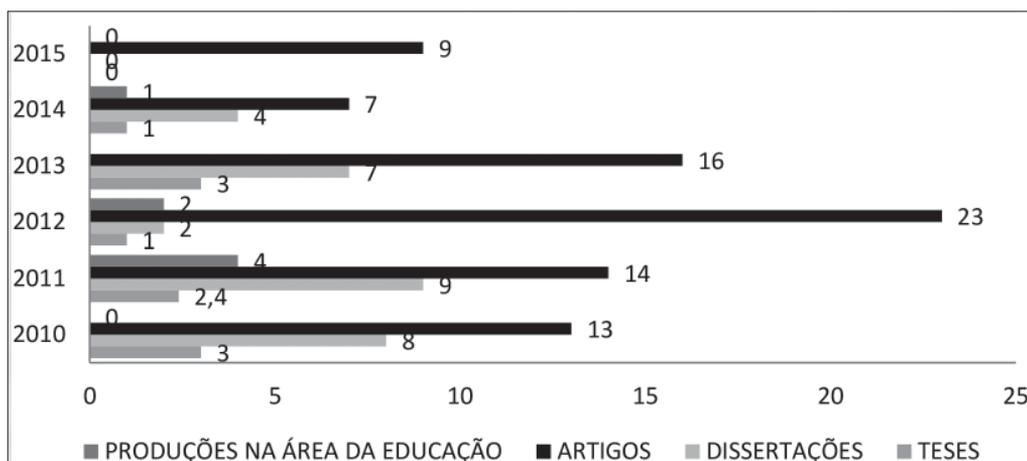
da saúde e do serviço social. Ao passo que a área da educação apresenta a metade do maior índice de dissertações (5) e apenas 1 tese.



**Gráfico 4.** Dissertações e Teses por área de formação profissional - Descritores: Educação e violência sexual; Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Fonte: Elaborado pelas autoras – Julho/2016.

O gráfico 5 contrasta os tipos de produções acadêmicas resultantes da busca nas bases de dados online por período de publicação. Neste sentido, percebe-se que há maior índice de produção acadêmica na forma de artigo em 2012, seguido da dissertação em 2011 e por fim a tese 2010 e 2013. A área da educação registra o seu maior índice no ano de 2011.



**Gráfico 5.** Gráfico comparativo sobre os tipos de produções acadêmicas Descritores: Educação e violência sexual; Violência sexual contra crianças e adolescentes.

Fonte: Elaborado pelas autoras – Julho/2016.

As produções acadêmicas da UFMS que discorrem sobre a temática violência sexual contra crianças e adolescentes na área da educação compreendem 2 dissertações e 1 TCC, que versam sobre diferentes enfoques.

A dissertação do programa de Pós-Graduação em Letras, campus Três Lagoas, nomeada “Representações discursivas sobre crianças e adolescentes envolvidas em denúncias de violência sexual: do silêncio à exclusão” (ROCINI, 2012), buscou interpretar os discursos dos agressores e das vítimas através dos relatos do escritor.

Para tanto, utilizou-se a metodologia foucaltiana/arqueogenealogia, a qual possibilitou perceber que o processo discursivo, suas representações e efeitos emergem de uma sociedade machista através das relações de poder sobre a representação da figura feminina. Em decorrência disso, verificou-se submissão das vítimas, silenciamento quanto à veracidade dos fatos, sentimento de vergonha e culpabilização dos acontecimentos.

A produção acadêmica “O enfrentamento à violência sexual na escola: seus sentidos e significados para os educadores” (MIRANDA, 2011), do programa de Pós-Graduação em Educação, campus do Pantanal, discorreu acerca dos sentidos e significados sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes e as ações de enfrentamento na escola.

O estudo é caracterizado como pesquisa de campo, de abordagem qualitativa e teve como lócus da pesquisa duas escolas de Ensino Fundamental, uma pública e outra particular, realizada em Campo Grande, MS. Para a coleta dos dados foram utilizados a entrevista recorrente e questionário.

A pesquisa apontou que apesar dos avanços e mudanças que propiciaram reflexões sobre os direitos das crianças e dos adolescentes e sobre a sexualidade, as significações e sentidos no âmbito escolar variam conforme o entendimento do profissional educador acerca do assunto.

É neste contexto que se destaca o despreparo e pouco conhecimento dos professores sobre a violência sexual contra criança e adolescentes, pois os relatos demonstraram que o assunto era tratado de forma secundária na formação profissional. Este estudo ressalta a importância de um trabalho multidisciplinar na escola de forma que envolva profissionais capacitados para o enfrentamento desta grave violação dos direitos infantis.

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Violência sexual contra crianças e adolescentes no município de Corumbá-MS: anos 2008-2010” (NASCIMENTO, 2011), do curso de pedagogia, do campus do Pantanal, consiste numa pesquisa descritiva sobre a análise de documentos cedidos pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Corumbá.

A pesquisa consiste em análise de casos quanto a incidência da violência sexual, do abuso sexual e da exploração referentes aos indicativos do número de vítimas, de gênero, de raça, de escolaridade, da renda familiar, do vínculo com o agressor e da origem do encaminhamento.

O estudo propiciou verificar que a violência sexual ocorreu com vítimas do sexo feminino e que no período pesquisado na cidade houve uma diminuição de casos. Outro dado importante a destacar é sobre o perfil dos agressores de abuso sexual e exploração sexual considerados pessoas desconhecidas, fatos ocorridos fora do círculo familiar das vítimas, apontando para um cenário diferente em relação aos estudos que apontam que a maior parte dos casos de abuso são praticados por familiares.

## Sobre as entrevistas realizadas na Universidade

As entrevistas buscaram compreender as percepções acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes na formação de professores, através dos discursos de 2 professores do curso de Pedagogia da UFMS/CPAN.

As questões seguiram a lógica de perguntas diferenciadas concernentes aos aspectos formativos de cada entrevistado, sendo uma única indagação igual para os dois, o que levou a ressaltar a relevância da abordagem sobre a temática na formação acadêmica.

De acordo com os documentos firmados para a realização da pesquisa, no que concerne a garantia à segurança e privacidade dos entrevistados, respeitou-se o anonimato, atribuindo-lhes os pseudônimos “docente 1” e “docente 2”.

Sobre a temática, docente 1 relatou suas experiências em aulas ministradas, no período da década de 1990 até 2006, em trabalhos realizados com pesquisa e projetos na região de Corumbá/MS, os quais evidenciaram situações de abusos e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em explanações acerca de sua trajetória profissional, verificou-se a importância dada ao assunto, porém afirmou ser pouco abordado na formação de professores. Sendo assim, de forma indignada, docente 1 expressou: “Eu achei um tema muito interessante, muito relevante e me dei conta de que a Pedagogia parece que ignora essas questões”. Neste mesmo segmento, ressaltou sua preocupação com relação à percepção da escola quanto à problemática.

Naquela época, pelo menos pra mim ficou claro, de que parecia que a escola desconhecia o problema da violência, seja ela a violência sexual sem o envolvimento da questão de mercado, ou seja da exploração, como se aquelas crianças não estivessem na escola e na verdade elas estão na escola (Docente 1).

Em sua narrativa nota-se certa inquietação referente ao desprezo com que se trata o problema, tornando-o invisível diante a sociedade. Portanto, são necessárias ações educativas para a conscientização social, por isso,

[...] além do professor, a escola precisa se definir como espaço de proteção perante sua comunidade. Ademais, além de um clima de confiança e de cooperação entre a criança e o adolescente e a comunidade escola, é fundamental a inclusão, na programação escolar, de projetos específicos de prevenção, de atividades de fortalecimento de competências sociais e de ações que favoreçam a interação e o bem-estar emocional, no marco da garantia dos direitos de crianças e de adolescentes (SANTOS; GONÇALVES; VASCONCELOS, 2014, p.137).

No que se refere ao baixo índice na produção acadêmica das instituições de ensino superior, na área da educação, sobretudo no curso de Pedagogia da UFMS/CPAN, docente 1, alegou que

Um dos motivos é que a formação do pedagogo, por um lado é interessante que tenha o foco da docência, que é bastante interessante, mas por outro lado o foco da docência às vezes esquece de trabalhar com as diferentes situações que a criança de carne e osso se envolve, na situação de trabalho, na rua, de trabalho infantil, a violência doméstica, esses assuntos acabam não entrando na Pedagogia, o que eu acho uma pena, talvez, por que o olhar da pedagogia ainda esteja muito ligado aos procedimentos de sala de aula e a eficiência do ler e escrever, que é fundamental. Talvez se a nossa escola tivesse resolvido o problema da eficiência do ler e escrever, talvez ela se permitisse a pensar nas outras questões, né? Mas, talvez seja isso! (Docente 1).

O discurso acima elucida a necessidade de se refletir sobre a Pedagogia, sobre a atuação do profissional pedagogo na escola e na sociedade. Consoante ao disposto, Libâneo (2001, p.6), afirma que,

A ideia de conceber o curso de Pedagogia como formação de professores, a meu ver, é muito simplista e reducionista, é, digamos, uma ideia de senso comum. A Pedagogia se ocupa, de fato, com a formação escolar de crianças, com processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas, antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.

Quanto à necessidade em aprofundar o tema nos cursos de formação de professores, destaca-se a relação de concordância nos enunciados dos dois entrevistados.

**Docente 2:** A minha opinião é que esse tema precisa ser aprofundado nos cursos de formação de professores, não só da UFMS, mas de todo país, é uma disciplina que precisa entrar nos currículos, que é discutir a violência por que não acontece só em área de fronteira, como é o nosso caso, mas acontece em todos os lugares, parece que agora está bem frequente a questão do estupro, a gente está vendo agora na mídia, até por que as meninas e os meninos estão tendo mais liberdade para denunciar. Então, não é mais um tema aonde a gente esconda esse problema, o tema está sendo visto, e se está sendo visto, eu acho que o professor, esse sim, tem pura obrigação de fazer essa discussão. Portanto, aprofundar o tema é uma obrigação de todos os cursos de formação de professor, isso poderia acontecer na forma de uma disciplina específica para isso, como é o caso, que agora vai ser implantando no curso de formação de professor, que é a disciplina,

a partir de 2017, que é Direitos Humanos. Então, discutir Direitos Humanos também é discutir a violência sexual contra crianças e adolescentes. Então, isso vai acontecer de fato, já acontece de forma transversal nas disciplinas, mas agora com a obrigatoriedade da disciplina de Direito Humanos, ela vai, pelo menos eu espero que os professores façam essa discussão de forma obrigatória.

**Docente 1:** Eu acho que falta que esse assunto realmente seja assumido pela educação, que os processos educativos entendam que faz parte de ser criança uma vida que não é exatamente aquela vida de ciranda como a gente imagina deveria ser, que é a vida do brincar. A vida do brincar é fundamental, mas nem toda criança consegue lidar, quer dizer, consegue ter direito de ter essa vida do brincar, ela passa uma vida que o brincar às vezes não chega, ou se chega é com muito sofrimento. Entendeu? Eu acho que isso precisa fazer parte dessa vida de carne e osso da criança brasileira que sofre, que muitas vezes trabalha, que apanha em casa, que é abusada pelo pai, pelo irmão, isso tem que chegar na escola, sabe? Tem que chegar no curso de pedagogia.

As narrativas evidenciaram a preocupação com a formação e preparação dos profissionais pedagogos para lidar com diversas situações nas quais os direitos de crianças e adolescentes são violados cotidianamente. Sendo assim,

Os profissionais da educação necessitam ser formados para identificar, para atender e para dar encaminhamento correto a situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, atuando de forma integrada à rede de proteção social. Devem, ainda, ser capazes de problematizar situações de abuso no âmbito da comunidade escolar e de desenvolver ações para a promoção e a proteção integral da criança e do adolescente no contexto dos direitos humanos (SANTOS; GONÇALVES; VASCONCELOS, 2014, p.144)

No que se refere a mesma questão elaborada para os dois entrevistados, indagou-se a seguinte pergunta: “Para além da data alusiva ao tema, de que forma a academia, em especial a UFMS/CPAN, poderia contribuir na prevenção desse problema social?”

**Docente 1:** Acho que uma das formas de prevenção é falando do problema, então deixar de lembrar disso só no dia 18 de maio e passar realmente a fazer parte do curso, não precisa ter uma disciplina específica para isso, mas nas disciplinas que tratam da infância e da adolescência tocar nesses assuntos que são fundamentais.

**Docente 2:** A gente precisa também fazer trabalhos de curso de extensão, por que ficar fazendo a discussão em sala de aula, embora seja importante, eu acredito, mas essa discussão precisa transpor os muros da universidade. Precisa por que a violência sexual está sendo naturalizada e esse é um problema muito sério, e a gente precisa levar essa discussão não só para os alunos da Pedagogia, que futuramente será quem vai trabalhar com as crianças, mas desde já levar essa discussão para fora dos muros da universidade. Como vai fazer isso? Com projeto de extensão! Essa é forma da gente trazer a comunidade pra dentro da universidade e levar essa discussão para além dos muros da universidade. Acredito, então, que essa será a forma de contribuição que a UFMS vai dar ao tema para levar a discussão também para a comunidade que me parece que é o alvo da discussão.

Estas narrativas constituem questões pertinentes a abordagem do tema na formação de professores, pois requer pensar num currículo que atenda às necessidades de uma formação profissional mais consciente de seu papel social.

Para isso, os professores precisam assumir uma perspectiva de reflexão, de compromisso político com a causa, tanto no exercício da docência como no trabalho coletivo empreendido nas escolas (SANTOS; IPOLLITO, 2011, p. 44).

Os resultados apontaram que a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, no recorte temporal de 2010 a 2015, revelaram um baixo percentual de produção acadêmica. No que concerne o curso de Pedagogia, da UFMS/CPAN, o tema foi abordado em disciplina nos períodos de 1990 a 2006, conforme o relato da entrevista, entretanto, não se tem clareza de como foi conduzido os estudos nos anos posteriores.

## Discussão e considerações finais

Em pleno século XXI, era da comunicação e da informação digital, a violência sexual contra crianças e adolescentes ainda é um assunto que envolve tabu e silêncio no cenário mundial e brasileiro por sua estreita relação com questões sociais, econômicas e culturais. Infelizmente ainda é um fato real na vida de milhares de crianças e adolescentes no Brasil.

Historicamente, essas questões influenciaram diretamente sobre as concepções de criança e de infância nas sociedades. Inicialmente a criança era vista como um adulto em miniatura que se ajustava ao contexto social conforme a necessidade de cada época. Posteriormente, à medida que as sociedades se desenvolveram, configurou-se uma nova forma de compreender o “ser criança”.

No Brasil, somente após a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direito. A partir desse marco histórico surgiram vários movimentos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, entretanto, pesquisas sobre o tema têm apontado que esta forma de agressão é ainda um fator consideravelmente preocupante em todo o país.

Diversas áreas das ciências humanas, sociais e da saúde têm estudado acerca da ocorrência desse tipo de violência, porém verifica-se um distanciamento entre a educação e o tema em questão. Percebe-se que há uma resistência em discutir o problema, seja na escola, ou nos cursos de formação de professores.

A escola e a universidade como partes integrantes da rede proteção à criança precisam repensar estratégias para contribuir de uma forma mais eficaz acerca dos direitos sexuais das crianças e dos adolescentes. Para tanto, a escola precisa trabalhar com uma equipe multidisciplinar a fim de corroborar na segurança da origem da denúncia e da própria vítima, cabendo a Universidade desenvolver e qualificar seus docentes em temas sociais críticos.

A escola como instituição social ativa e importante na vida de crianças e adolescentes, necessita de profissionais qualificados para identificar, intervir e dar os encaminhamentos essenciais a cada caso de situação de violência sexual. Portanto, requer uma formação profissional adequada, sobretudo a formação de (professores) pedagogos (da educação infantil e fundamental).

A educação tem como objetivo principal formar cidadãos e profissionais conscientes de seus papéis sociais. No entanto, nota-se que as diversas áreas da educação ainda não reconhecem suas limitações e dificuldades, quando ignora ou deixa de discutir sobre os direitos sexuais das crianças e dos adolescentes seja nos espaços educacionais ou na academia.

As instituições de ensino superior, em especial aquelas que trabalham com a formação de professores, necessitam refletir e por em prática um currículo que discuta sobre os Direitos Humanos, Gênero e Sexualidade, devendo tratar com qualidade as questões pertinentes à violência sexual contra criança e adolescentes. Para tal, deve qualificar seus docentes, prepará-los para o debate, desenvolver pesquisas temáticas potencializadas por intermédio de grupos de estudos.

Ademais, somente por meio de uma educação que assuma o compromisso político e ético com as demandas sociais, a fim de transformar o pensamento social para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, que se conseguirá romper com os pactos de silêncio e tabus enraizados na história da sociedade brasileira. Qual será o caminho?

## Referências

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Ministério da Educação. *Resolução nº 63, de 28 de março de 2011: Aprova o Projeto Político Pedagógico do curso de Pedagogia*. 2011. Boletim oficial dos atos administrativos. Disponível em: <<http://cpan.sites.ufms.br/pedagogia/projeto-pedagogico/>>. Acesso em: 03 maio 2016.

\_\_\_\_\_. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 8.069*. Dispõe sobre o Estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 13 jul. 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2016

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei n. 12.845*. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Brasília, DF, 1 ago 2013. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12845.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2016

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Decreto-Lei nº 2.848* - Código Penal. Brasília, DF, 7 dez.1940. Disponível em:< [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 12.650. Altera o Decreto-Lei nº 2.848 – Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.* Brasília, DF, 17 de maio de 2012. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112650.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112650.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Lei nº 12.015.* Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores.. Brasília, DF, 17 de maio de 2012. Disponível em: < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm)>. Acesso em: 19 abr. 2016.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 11, 2006, pp. 1163-1178. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63013510007>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

DEL PRIORI, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOBBI, M. *Lápis vermelho é coisa de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e educação infantil*. Campinas, SP. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Campinas, 1997.

GONSALVES, E. P. *Conversas sobre iniciação à pesquisa científica*. 5.ed. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. *Educar em Revista*, n. 17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n17/n17a12.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MARTINS, C. B.G. Maus tratos contra crianças e adolescentes. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 63, n. 4, p.660-665, 09 jul. 2010. jul-ago. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n4/24.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2016.

MAUAD, A. M. A vida das crianças de elite durante o império. . In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MPF. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Ed.). *Violência sexual contra crianças e adolescentes: identificação e enfrentamento*. Brasília: Mpdf, 2015. 40 p. Disponível em: <[http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha\\_violencia\\_contra\\_crianças\\_adolescentes\\_web.pdf](http://www.mpdf.mp.br/portal/pdf/imprensa/cartilhas/cartilha_violencia_contra_crianças_adolescentes_web.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PFEIFFER, L.; SALVAGNI, E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. *Jornal de pediatria*. Rio de Janeiro. Vol. 81, n. 5 supl. nov. 2005, p. S197-S204, 2005. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2016.

PASETI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7.ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 346-375.

RAMOS, F. P. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. In: DEL PRIORI, Mary (Org.). *História das crianças no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2013. p. 19-54.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou da educação*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

SANTOS, B. R.; IPPOLITO, R. *Guia escolar: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=32151-guia-escolar-rede-de-protecao-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32151-guia-escolar-rede-de-protecao-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 03 maio 2016.

SANTOS, B. R.; GONÇALVES, I. B.; VASCONCELOS, G.(Org.). *Escuta de crianças e adolescentes em situação de violência sexual: aspectos teóricos e metodológicos: guia para capacitação em depoimento especial de crianças e adolescentes*. Brasília, DF: Educub, 2014. 396 p.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2007.

SOUZA, E. R.; JORGE, M. H. P. M.. Impacto da Violência na Infância e Adolescência Brasileiras: Magnitude da Morbimortalidade. In: LIMA, Cláudia Araújo de (Org.). *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Editora Ms, 2004. Cap. 2. p. 23-28. (B. Textos Básicos de Saúde). Textos Básicos de Saúde. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia\\_faz\\_mal.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_faz_mal.pdf)>. Acesso em: 28 abr. 2016.

#### (Endnotes)

1 Núcleo de Estudos e Pesquisa Interdisciplinares em Políticas públicas, direitos humanos, gênero, vulnerabilidades e violências - NEPI PANTANAL – Grupo de Pesquisa vinculado à Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Líder do Grupo: Profa. Dra. Cláudia Araújo de Lima – formado em 2014. Endereço para acesso: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2175040154033018](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2175040154033018)

2 De acordo com Márcia Gobbi o termo “Adultocêntrico” aproxima-se aqui de outro termo bastante utilizado na Antropologia: o etnocentrismo: uma visão de mundo segundo a qual grupo ao qual pertencemos é tomado como centro de tudo e os outros são olhados segundo nossos valores, criando-se um modelo que serve de parâmetro para qualquer comparação. Nesse caso o modelo é o adulto e tudo passa a ser visto e sentido segundo a ótica do adulto, ele é o centro” (GOBBI, 1997, p.26).

3 São suportes eletrônicos que armazenam e permitem o acesso a literatura científica do tipo artigo, monografias, dissertações, teses, entre outros, produzidas no ensino superior e publicadas em revistas, E-books, bibliotecas virtuais, repositórios, etc.

4 A base de dados IBICT-BDTD é uma biblioteca digital brasileira de Teses e dissertações que armazena produções acadêmicas, em nível de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), das universidades de todo território brasileiro. Sendo assim, a análise conferida a este site consistiu em observar o quantitativo de produções nas diversas áreas de formação profissional, em nível de pós-graduação.